



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO ADITIVO Nº 08 AO CONTRATO N. 17/2018.

**TERMO ADITIVO N. 08 AO CONTRATO N. 17/2018
(evento 0326462)**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0000751-95.2018.6.22.8000

PREGÃO ELETRONICO N. 31/2018

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 17/2018, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA – EPP, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, APOIO À MANUTENÇÃO PREDIAL E APOIO DE TRANSPORTE.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado seu Presidente, **Desembargador PAULO KIYOCHI MORI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. 9552600 – SSP/SP e do CPF n. 006.734.148-92, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA – EPP**, inscrita no CNPJ sob o n. 08.775.721/0001-85, com sede na Rua José Marcelino de Oliveira, Passagem Bom Jardim, n. 2, Bairro Centro, Município de Ananindeua, Estado do Pará, CEP: 67.030-170, Telefone(s): (91) 3282-0822 e (91) 98402-1696, E-mail(s): compras_limpar@hotmail.com; limpar_limpezaeconservacao@hotmail.com, neste ato representada pelo Senhor **IGOR CESAR SILVA FURRIEL**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG 17.834-57/SSP-PC/PA e do CPF 873.922.612-53, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização: Decisão n. 25/2022 (evento [0794918](#)), celebram o presente TERMO ADITIVO, mediante acordo entre as partes (eventos [0779752](#) e [0779754](#)), ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui o seguinte objeto:

1. Prorrogar o contrato 17/2018/TRE-RO (evento 0326462) por mais 2 (dois) meses, a contar de 02/03/2022 a 01/05/2022.

Subcláusula única – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor total deste Termo Aditivo é de **R\$ 493.911,00** (quatrocentos e noventa e três mil e novecentos e onze reais), conforme a seguir detalhado:

- (A) Valor mensal dos serviços/postos de trabalho: **R\$ 236.955,50**
- (B) Valor total dos serviços para 02 meses (A x 2 meses): **R\$ 473.911,00**
- (C) Valor previsto/estimativo para deslocamentos e eventuais horas extras para o período da prorrogação (*): **R\$ 20.000,00**
- (*) Valor proporcional para 2 meses (retirado do contrato original, cujo prazo é de 30 meses e cujo valor total é de R\$ 300.000,00)
- (D) Valor total da prorrogação (B + C): **R\$ 493.911,00**

Subcláusula Primeira - Para os cálculos dos valores dos serviços/postos de trabalho, utilizou-se como base as planilhas de custos atualmente em vigor para cada posto de trabalho, constantes no evento ([0721406](#)), cujo resumo apresento na tabela a seguir:

	VALORES PARA PRORROGAÇÃO 2022 (período de 02/03/2022 a 05/05/2022)
--	--

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

POSTO DE TRABALHO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALORES PARA 2 MESES
Copeira	3	R\$3.219,52	R\$9.658,56	R\$19.317,12
Aux. Administrativo	18	R\$6.119,23	R\$110.146,23	R\$220.292,46
Almoxarife	3	R\$4.653,14	R\$13.959,43	R\$27.918,86
Recepcionista	5	R\$4.093,19	R\$20.465,97	R\$40.931,94
Supervisor	1	R\$5.511,38	R\$5.511,38	R\$11.022,76
Aux. Serv. Gerais	6	R\$3.706,31	R\$22.237,87	R\$44.475,74
Jardineiro	1	R\$4.050,97	R\$4.050,97	R\$8.101,94
Oficial de Manut. Predial	4	R\$5.550,49	R\$22.201,96	R\$44.403,92
Operador de Empilhadeira	1	R\$5.444,18	R\$5.444,18	R\$10.888,36
Motorista Veículo Médio	2	R\$5.442,12	R\$10.884,24	R\$21.768,48
Motorista Veículo Pesado	2	R\$6.197,36	R\$12.394,71	R\$24.789,42
VALORES TOTAIS	46		R\$236.955,50	R\$473.911,00

Fonte: Informação 3/2022/SEAP (evento [0779756](#))

Subcláusula Segunda - As despesas com a execução do presente Termo Aditivo correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Fonte de Recurso 0100000000 e Natureza da Despesa: 339037, consoante Notas de Empenho 2022NE000122 e 2022NE000188, ambas de 24/02/2022, a serem reforçadas durante a vigência contratual, caso necessário.

Subcláusula Terceira - O valor atualizado deste contrato, para fins de cômputo do limite máximo de eventuais acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), é de R\$ 6.533.631,72.

DA GARANTIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA TERCEIRA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste Termo Aditivo, complementação da **GARANTIA**, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, no valor de **R\$ 24.695,55** (vinte e quatro mil seiscientos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste termo aditivo.

Subcláusula única – A apresentação da Garantia deverá seguir as exigências da Cláusula Quarta do Contrato originário.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/1993)

CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e na **CLÁUSULA SEGUNDA** do Contrato 17/2018/TRE-RO; c/c Instrução Normativa nº 5/2017, Anexo IX, item 9 e item 12, letra “c” (Prorrogação).

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/1993)

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Artigo 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 25 de fevereiro de 2022.

Desembargador PAULO KIYOCHI MORI Pela Contratante	IGOR CESAR SILVA FURRIEL Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: 812.434.482-53 Testemunha

ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 08 AO CONTRATO N. 17/2018/TRE-RO

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO

Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de cada termo aditivo em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
---	---	---

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contrato n. 17/2018, assinado em 31/08/2018 – Volume VIII do PA (evento n. 0326462). Vigência de 30 meses, a contar 1º/09/2018. Valor: R\$ 6.016.444,80. (Garantia: R\$ 300.822,24)	R\$ 6.016.444,80	-
Termo Aditivo n. 01, assinado em 04/10/2018 – Volume X do PA (evento n. 0342232). Acréscimo de 0,24% (a contar de 10/10/2018 a 31/12/2018), em face do acréscimo de posto. Valor total: R\$ 14.403,15 (Garantia: R\$ 720,16)	R\$ 14.403,15	0,24%
Termo Aditivo n. 02, assinado em 07/08/2019 – Volume XIII do PA (evento n. 0440349). Repactuação CCT 2019/2019 que impactou o valor do contrato em 3,65% a contar de 1º/01/2019. Valor total: R\$ 219.651,64 (garantia: R\$ 10.982,58)	R\$ 219.651,64	-
Termo Aditivo n. 03, assinado em 18/02/2020 – Volume XV do PA (evento n. 0505153). Acréscimo de 1,11% (a contar de 19/02/2020 a 28/02/2021), em face do acréscimo de posto. Valor total: R\$ 69.113,68	R\$ 69.113,68	1,11%

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Garantia: R\$ 3.455,68)		
Apostila n. 01, assinada em 14/07/2020 – Volume XVIII do PA (evento n. 0559094). Repactuação de 4,41% sobre o valor mensal dos postos (a contar de 1º/01/2020), em face da Convenção Coletiva de Trabalho SINTELPES-RO 2020/2020. Valor total: R\$ 125.793,78	R\$ 125.793,78	-
(Garantia: R\$ 6.289,68)		
Termo Aditivo n. 04, assinado em 14/07/2020 – Volume XVIII do PA (evento n. 0559095). Acréscimo de 0,51% (a contar de 14/07/2020 a 31/12/2020), em face do acréscimo de posto. Valor total: R\$ 32.398,40	R\$ 32.398,40	0,51%
(Garantia: R\$ 1.619,92)		
Termo Aditivo n. 05, assinado em 07/10/2020 – Volume XX do PA (evento n. 0601504). Acréscimo de 0,89% (a contar: Aux. de Serviços gerais de 01/10/2020 a 19/12/2020 e Aux. Administrativo de 01/10/2020 a 01/03/2021), em face do acréscimo de postos. Valor total: R\$ 56.889,12	56.889,12	0,89%
(Garantia: R\$ 2.844,45)		
Termo Aditivo n. 06, assinado em 11/01/2021 – Volume XXII do	2.758.468,08	0,18%

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PA (evento n. 0647000). Prorrogação por mais 12 meses, a contar de 02/03/2021 a 01/03/2022; e Acréscimo de 0,18% (a contar de 01/01/2021 a 01/03/2021), em face do acréscimo de posto de Aux. Administrativo. Valor total: R\$ 2.758.468,08 (Garantia: R\$ 137.923,40)		
Termo Aditivo n. 07, assinado em 02/03/2021 – Volume XXIII do PA (evento n. 0665713). Acréscimo de 1,10% (a contar de 02/03/2021 a 01/03/2022), em face do acréscimo de posto. Valor total: R\$ 69.670,68 (Garantia: R\$ 3.483,53)	69.670,68	1,10%
Apostila n. 02, assinada em 02/09/2021 – Volume XXVI do PA (evento n. 0734464). Repactuação de 5,18% sobre o valor mensal dos postos (a contar de 1º/01/2021), em face da Convenção Coletiva de Trabalho SINTELPES-RO 2021/2021. Valor total: R\$ 171.741,50 (Garantia: R\$ 8.587,07)	R\$ 171.741,50	-
Termo Aditivo n. 08, assinado em ____/02/2022 – Volume XXVIII do PA (evento n. 0795699) Prorrogação por mais 2 meses, a	R\$ 493.911,00	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contar de 02/03/2022 a 01/05/2022.		
Valor total: R\$ 493.911,00		
(Garantia: R\$ 24.695,55)		

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS CÔMPUTO DE EVENTUAIS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 6.533.631,72
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR INICIAL ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	4,03%



Documento assinado eletronicamente por **IGOR CESAR SILVA
FURRIEL, Usuário Externo**, em 25/02/2022, às 14:04, conforme art. 1º, III,
"b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI
MORI, Presidente**, em 25/02/2022, às 15:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei
11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS
SILVA, Chefe de Seção**, em 25/02/2022, às 16:22, conforme art. 1º, III, "b", da
Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA
SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 25/02/2022, às 17:03, conforme art.
1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0795699** e o código CRC **C55D7B81**.

0000751-95.2018.6.22.8000

0795699v4

PROCESSO: 0000751-95.2018.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE-RO

ASSUNTO: Prorrogação Contratual – Contrato n. 17/2018 – Contratada: Limpar Limpeza e Conservação Ltda.-EPP. Prestação de Serviço de apoio administrativo, apoio operacional, apoio à manutenção e apoio de transporte.

PARECER JURÍDICO Nº 15 / 2022 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa – **LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA - EPP** para a prestação de serviços de Apoio Administrativo (Copeiragem, Auxiliar Administrativo, Almoxarife, Recepcionista e Supervisor), Apoio Operacional (Auxiliar de Serviços Gerais e Jardineiro), Apoio à Manutenção Predial (Oficial de Manutenção Predial) e Apoio de Transporte (Operador de Empilhadeira e Motorista de Veículo Médio), pelo prazo inicial de 30 (trinta) meses, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 17/2018 ([0326462](#)), o qual se encontra em plena vigência até 1º/03/2022, consoante os Termos Aditivos nº 6 ([0647000](#)) e nº 7 ([0665713](#))

02. A Seção de Apoio Administrativo (SEAP) consulta a empresa contratada quanto ao interesse na prorrogação do ajuste por mais 2 (dois) meses ([0779752](#)). De forma afirmativa a contratada se manifesta pela renovação contratual sugerida ([0779754](#))

03. A unidade de gestão e fiscalização do contrato (SEAP) prossegue com os procedimentos para a prorrogação contratual, e na Informação Nº 3/2020 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([0779756](#)) apresenta os informes necessários ao secretário da SAOFC.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Recepcionado os autos, na SAOFC o secretário, considerando o teor da informação da unidade gestora, encaminha os autos a COFC para a programação orçamentária e a SECONT para elaboração da minuta de termo aditivo, e após a AJDG para a emissão de parecer jurídico quanto à prorrogação pleiteada e a minuta de aditivo ([0781249](#)).

05. Por sua vez a COFC juntou a programação orçamentária no montante de R\$ 493.991,00 para custear a despesa no presente exercício, oportunidade em que, atenta ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo dispositivo, ambos da LC nº 101/2000 (LRF), informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA. Em seguida, informou a emissão de reforço do pré-empenho nº 2022PE000054 ([0783889](#)), totalizando o valor citado, consoante Informação nº 23/2022 – PRES/DG/SAOFC/COFC ([0783890](#)).

06. Por fim, juntou-se a minuta do oitavo termo aditivo para o registro da prorrogação contratual ([0784855](#)). Assim instruídos vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer ([0784857](#)). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

07. A Lei nº 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses). Tal dispositivo foi acionado na **Cláusula Segunda do Contrato nº 017/18**. Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

II – a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (Negritou-se).

CLÁUSULA SEGUNDA – Este Contrato terá vigência de **30 (trinta) meses, a contar de 1º/09/2018**, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

08. O primeiro requisito para se permitir a prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de **forma contínua**. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo as atividades desta Justiça Especializada. Veja-se a classificação da Corte de Contas:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (*Manual de Licitações e Contratos 2010*, pág. 772).

09. O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva - **“iguais e sucessivos períodos”**. Todavia, o presente contrato, vigente a partir de 1º/09/2018, com prazo de duração de **30 (trinta) meses**, será prorrogado pela primeira vez à conveniência da Administração, pelo período de **12 (doze) meses**. Também, verifica-se, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, com a pretensa prorrogação não será ultrapassado, pois totalizará o íterim de 42 (quarenta e dois) meses.

10. O pedido de prorrogação por período diverso do inicialmente contratado encontra abrigo no **item 12, letra “c”, do Anexo IX, da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017**, vejamos:

12. Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada, deve-se observar que:

- a) o prazo de vigência originário, de regra, é de 12 (doze) meses;
- b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses, nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a Administração; e
- c) **é juridicamente possível a prorrogação do Contrato por prazo diverso do contratado originalmente.**

11. O terceiro e último requisito reside em **preços e condições mais vantajosas para a Administração**. O TCU formulou recomendações à SLTI/MPOG e à AGU no intuito de implementar melhorias nos procedimentos de licitação e de execução de contratos para a prestação de serviços de natureza contínua, consubstanciadas no **Acórdão 1214/2013-TCU – Plenário**. Entre essas, a Corte de Contas Nacional alterou seu tradicional entendimento, fixando a seguinte orientação no tocante à aferição da vantajosidade nas prorrogações dos contratos:

Acórdão 1214/2013-TCU – Plenário:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.1.17 a vantajosidade econômica para a prorrogação dos contratos de serviço continuada estará assegurada, **dispensando a realização de pesquisa de mercado, quando:**

9.1.17.1 houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência da lei;

9.1.17.2 houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais;

9.1.17.3 no caso de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação forem inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MP. Se os valores forem superiores aos fixados pela SLTI/MP, caberá negociação objetivando a redução dos preços de modo a viabilizar economicamente as prorrogações de contrato; (negritou-se)

12. Referidas orientações foram normatizadas pelo **Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, inicialmente por meio da Instrução Normativa 02/2008 e, posteriormente, pela Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, a qual revogou aquele normativo, cujo item 7 do Anexo IX, assim dispõe:**

7. A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:

a) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei;

13. Nesses termos, poderá a Administração autorizar a prorrogação por mais 12 (doze) meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c a CLÁUSULA SEGUNDA do Contrato 17/2018/TRE-RO, item 12, letra “c”, do Anexo IX, da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 e item 9, do Anexo IX, da IN 05/2018; e o acréscimo com fundamento no artigo 65, I, b” e seu § 1º, ambos da Lei 8.666/93 c/c a CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA, I, 2., e sua Subcláusula Primeira, assim como na CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, 3., todas do Contrato 17/2018/TRE-RO.

14. Ressalte-se que o Contrato nº 17/2018 (0326462) estabeleceu a obrigação de a Contratada oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA QUARTA – Para assegurar a plena execução deste Contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar a **GARANTIA** no valor de **R\$ 300.822,24** (trezentos mil



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

oitocentos e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento contratual.

[...]

Subcláusula Quarta – A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato.

15. A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4^a Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz ainda as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário)** (Grifou-se)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 Plenário.** (Grifou-se)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 Plenário.** (Grifou-se)

15. Nessa linha, deverá a contratada ser **notificada** para apresentar nova garantia no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta na CLÁUSULA QUARTA do ajuste, conforme já sistematizado na Cláusula Terceira da minuta constante do evento [0638863](#).

16. No tocante a minuta juntada aos autos (8º Termo Aditivo – 0784855), cabe a esta AJDG analisá-la e aprová-la, consoante dicção do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

17. Assim sendo, em análise de seus aspectos formais, o referido instrumento contempla as informações suficientes para o propósito dos atos, bem como se encontra em **conformidade** com as regras do art. 55 da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, **não havendo reparos a fazer nessa seara.**

IV – DA CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18. Pelo exposto, com escopo nos elementos existentes nos autos, principalmente nas informações da unidade Gestora do Contrato ([0779756](#)), na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer e, diante da comprovação da indicação de recursos orçamentários para suporte da despesa ([0781971](#) e [0783889](#)), esta Assessoria Jurídica opina pela **possibilidade de a Administração** autorizar a prorrogação por mais 2 (dois) meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c a CLÁUSULA SEGUNDA do Contrato 17/2018/TRE-RO, e itens 9 e 12, letra “c”, ambos do Anexo IX, da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

19. Ademais, para cumprimento do **art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93**, o instrumento se mostra apto a produzir os efeitos desejados, dessa feita esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta do 8º Termo Aditivo - [0784855](#).

20. Enfatize-se a necessária atualização da **garantia contratual**, já sistematizada na cláusula terceira da minuta do Termo Aditivo nº 08, com previsão na **Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta** do Contrato nº 17/2018.

21. Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz da Resolução TRE-RO nº 06/2015 (Regimento Interno do Corpo Administrativo), incumbe a esta unidade jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos de gestão praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 01/02/2022, às 17:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 01/02/2022, às 17:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0785822** e o código CRC **53058AC5**.

0000751-95.2018.6.22.8000

PROCESSO: 0000751-95.2018.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA - TRE-RO

ASSUNTO: Contrato n. 17/2018. Prorrogação da vigência.

DECISÃO Nº 25 / 2022 - PRES/GABPRES

Visto.

Tratam os autos da gestão do contrato firmado com a empresa LIMPAR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA - EPP, para prestação de serviços continuados de Apoio Administrativo, Apoio Operacional, Apoio à Manutenção Predial e Apoio de Transporte, nos termos do Contrato n. 17/2018 ([0326462](#)), com vigência até 1º/3/2022, conforme pactuado no Termo Aditivo n. 6 ([0647000](#)).

Vieram os autos a esta Presidência para deliberação sobre a prorrogação do prazo da vigência contratual, ante à iminência de seu término e a pendência de conclusão do processo licitatório para nova contratação, nos termos da informação n. 3/2022 da Seção de Administração Predial (SEAP) ([0779756](#)).

A empresa contratada manifestou sua concordância com os termos da prorrogação ([0779754](#)).

A Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (AJDG) opinou pela prorrogação, com fundamento no artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93, combinado com a Cláusula Segunda, do já citado instrumento contratual, e com base nas definições previstas na Instrução Normativa n. 5,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de 26 de maio de 2017, expedida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) ([0785822](#)). Na oportunidade, também aprovou a minuta do oitavo termo aditivo, juntada no evento [0784855](#).

Da mesma forma, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) opinou favoravelmente ([0786067](#)).

Por fim, a Diretoria-Geral (DG) manifestou pela autorização da prorrogação, com as cautelas de praxe ([0786553](#)).

É o relatório.

Verifica-se que a hipótese dos autos possui previsão legal nas disposições do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, que autoriza a prorrogação da duração dos contratos referentes a serviços de natureza continuada, por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas à Administração, limitada a sessenta meses.

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

(...)

Ademais, a possibilidade de prorrogação está prevista no respectivo contrato, na cláusula segunda, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – Este Contrato terá vigência de 30 (trinta) meses, a contar de 1º/09/2018, **podendo ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.** “grifo nosso”

Conforme mencionado pela Diretoria-Geral ([0786553](#)), os serviços contratados não podem sofrer interrupção, sob pena de haver prejuízos às atividades deste Tribunal, configurando-se, portanto, sua natureza continuada.

Embora o prazo de dois meses, proposto para a prorrogação, não coincida com o prazo original do contrato ou da última prorrogação, a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

proposta possui amparo no disposto no item 12, letra "c", do Anexo IX, da Instrução Normativa MPDG n. 5/2017, que assim dispõe:

12. Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada, deve-se observar que:

(...)

c) é juridicamente possível a prorrogação do Contrato por prazo diverso do contratado originalmente.

Além disso, verifica-se que está atendido o requisito da obtenção de preços e condições mais vantajosas à Administração.

Conforme cláusula vigésima quarta do contrato, as repactuações de seu valor terão por base o índice de reajuste firmado em acordo, convenção ou dissídio coletivo. A subcláusula segunda prevê que o reajuste dos itens envolvendo insumos ocorrerão com observância do índice de preços ao consumidor amplo - IPCA/IBGE.

Nos termos consignados na análise da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, esses critérios asseguram a vantajosidade da prorrogação, de acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União, exposto no Acórdão n. 1214/2013, normatizado por meio da Instrução Normativa MPDG n. 5/2017, conforme transcrito a seguir.

Acórdão 1214/2013-TCU – Plenário

(...)

9.1.17 a vantajosidade econômica para a prorrogação dos contratos de serviço continuada estará assegurada, dispensando a realização de pesquisa de mercado, quando:

9.1.17.1 houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência da lei;

9.1.17.2 houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais;

IN MPDG n. 5/2017

7. A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:

a) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por fim, de acordo com a manifestação da Diretoria-Geral, com a prorrogação o contrato alcançará a duração de quarenta e quatro meses, prazo aquém do limite de sessenta meses disposto no art. 57, II, da Lei das Licitações.

Dessa forma, estão preenchidas as exigências legais para a prorrogação do contrato.

O acréscimo do prazo resultará no aumento de R\$473.911,00 (quatrocentos e setenta e três mil novecentos e onze reais) referente ao custo dos serviços e de R\$20.000,00 (vinte mil reais) para deslocamentos e eventuais horas extras, totalizando a adição de R\$493.911,00 (quatrocentos e noventa e três mil novecentos e onze reais) ao valor do contrato ([0779756](#)), montante devidamente incluído na programação orçamentária, conforme relatado pela DG ([0786553](#)).

Em razão disso, por força do disposto na cláusula quarta, subcláusula quarta do contrato, é necessária a renovação da garantia contratual, com base no valor do aditivo.

Com estas considerações, acolhendo o Parecer Jurídico da AJDG ([0785822](#)), a Manifestação da SAOFC ([0786067](#)) e a Manifestação da Diretoria-Geral ([0786553](#)), que passam a integrar esta decisão, e, ainda, verificada a necessidade e utilidade para esta Administração:

- a) **Autorizo a prorrogação** do Contrato Administrativo n. 17/2018 ([0326462](#)) **por mais dois meses, a contar de 2 de março a 1º de maio de 2022**, com fundamento nas disposições do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, combinado com a Cláusula Segunda do referido contrato, **condicionada à demonstração nos autos da situação de regularidade** com a Receita Federal do Brasil (RFB), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e CNJ, por meio de certidões atualizadas que deverão ser juntadas aos autos, antes da assinatura do aditivo; e
- b) **determino a notificação** da empresa contratada para proceder à **renovação da garantia contratual**, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, **no prazo máximo de dez dias úteis**, a contar da assinatura do aditivo contratual, no valor de R\$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

24.695,55 (vinte e quatro mil seiscentos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), correspondente a cinco por cento do valor da presente prorrogação, com fundamento no art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, combinado com a cláusula quarta, subcláusula quarta do contrato originário.

À DG e à SAOFC, para ciência e cumprimento desta decisão.

Porto Velho, 24 de fevereiro de 2022.

Assinado de forma digital por:

Desembargador KIYOCHI MORI

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Presidente**, em 24/02/2022, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0794918** e o código CRC **975DE798**.